

2

Guerras, Crianças e Resolução de Conflito: Algumas Considerações Teóricas

2.1.

Introdução

As chamadas Novas Guerras (Kaldor, 2001), predominantes a partir da década de 90, apresentam desafios distintos daqueles até então enfrentados tanto pela comunidade acadêmica quanto pelos *policy makers*. Dentre estas novas questões, este capítulo aborda o fenômeno das crianças soldado: desde suas causas subjacentes às consequências da guerra no dia-a-dia destes jovens. A partir desta análise, nosso objetivo é discutir, por um lado, a resposta acadêmica a este desafio contemporâneo no campo da Segurança Internacional. E, por outro lado, refletir, baseando-se na discussão feita por Michel Foucault sobre a sociedade disciplinar, acerca do processo de *normalização* da infância e suas consequências ao desenvolvimento de “soluções” ao problema da criança soldado pela comunidade internacional – leia-se pelas Nações Unidas.

Dividimos o texto em três seções. Na seção 2.2, introduzimos a idéia de novas guerras, contrapondo-as às guerras tradicionais ou clausewitzianas, valendo-nos, principalmente, da discussão proposta por Mary Kaldor (2001). Esta apresentação é fundamental para o entendimento do fenômeno das crianças soldado, cuja magnitude e escala são inéditas se comparadas com períodos anteriores no século XX (Honwana, 2006). Seguido da análise das novas guerras, exploramos, então, o problema da criança soldado: desde as causas subjacentes ao recrutamento militar às consequências do envolvimento com os grupos armados na vida destes jovens.

Em 2.3, trabalhamos o instrumental teórico da resolução de conflito, aliado aos Estudos da Paz, especialmente no período pós-Guerra Fria, quando as chamadas novas guerras se tornam majoritárias. Com base na obra de Hugh Miall, Tom Woodhouse e Oliver Ramsbotham (2006) combinada com o trabalho de Johan Galtung (1996), visamos analisar como os desafios contemporâneos na área

da Segurança Internacional impactam a forma de se pensar a resolução dos conflitos. Nossa idéia é traçar uma linha evolutiva desde a abordagem tradicional com foco estrito na supressão da violência direta aos meios posteriormente desenvolvidos, cuja finalidade, já amplificada, é a construção de uma paz duradoura.

Tal mudança na abordagem teórica de resolução de conflito no pós-Guerra Fria nos permite, no capítulo seguinte, analisar as mudanças sofridas no processo de operação de paz e, mais especificamente, os fundamentos do programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de ex-combatentes (DDR).

Finalmente, na seção 2.4, trabalhamos o argumento de Foucault sobre a constituição da sociedade disciplinar. Baseado nesta análise, é possível questionar a idéia de infância “normal” e os meios sugeridos pela ONU para o processo de transição de ex-crianças soldado à vida civil.

2.2. Os Desafios Contemporâneos

Os recentes conflitos armados, especialmente na África, a partir do final da década de 80, chamam atenção para um novo tipo de violência organizada, nas quais as tradicionais fronteiras definidas pelo Direito Internacional são, freqüentemente, ignoradas. Destarte, guerras, que há poucas décadas eram combatidas *entre Estados*, hoje, ocorrem predominantemente *dentro dos Estados*, sendo a maioria das vítimas de guerra em todo o mundo civis. Na Primeira Guerra Mundial, por exemplo, a porcentagem de vítimas civil era menor do que 10% do total; na Segunda Guerra Mundial, o percentual subiu para quase 50%; e o número apenas aumentou ao longo dos anos. Hoje grande parte dos mortos em conflitos é civil e não mais soldados. Nos conflitos africanos, por exemplo, no fim do século XX, 92% de todas as vítimas fatais foram não-combatentes (Singer, 2006).

Assim, os conflitos armados predominantes no período pós-Guerra Fria apresentam raras semelhanças com as guerras até então testemunhadas, i.e., um conflito continuado entre forças militarizadas de dois ou mais Estados, organizadas em estruturas institucionais e claramente distinguíveis com o objetivo fazer o outro lado se render (Clausewitz, 2003). Diante deste cenário, partimos, nesta seção, da

discussão proposta por Mary Kaldor (2001)³ para entender as particularidades das chamadas novas guerras e, então, explorar uma das faces deste novo tipo de violência organizada: a criança soldado.

2.2.1.

As Novas Guerras

Cada sociedade apresenta uma forma única de se fazer guerra, cujas origens, motivações e *modus operandi* são relativos a um contexto cultural específico (Kaldor, 2001; Keegan, 1993). No entanto, ainda que as particularidades de cada conflito armado sejam muitas, é possível apontar classificações a partir de características genéricas, como partes envolvidas no conflito, ascendências, objetivos, entre outros (Holsti, 1996; Kaldor, 2001). Dentro desta idéia, podemos distinguir as guerras tradicionais, que correspondem à descrição estabelecida por Clausewitz (2003), das chamadas novas guerras, predominantes no período pós-Guerra Fria (Kaldor, 2001; Münkler, 2005).

O que chamamos, neste trabalho, de guerra tradicional equivale ao que Clausewitz, logo após o término das guerras napoleônicas, em 1816, definiu como guerra. Isto é, o duelo continuado entre forças militarizadas de dois ou mais Estados, organizadas em estruturas institucionais e claramente distinguíveis – seus exércitos –, com o objetivo fazer o outro lado se render. Sua importância histórica se deu porque ajudou a garantir o monopólio do uso legítimo da força pelos Estados, contribuindo para o fortalecimento da organização do sistema internacional da forma que o conhecemos hoje (Creveld, 1991).

As idéias de Clausewitz estão enraizadas em um determinado contexto espaço-temporal, isto é, no cenário europeu posterior à Paz de Vestfália, em 1648.

³ Além de Kaldor (2001), há outros autores que apresentam uma discussão sobre esta nova natureza de conflitos armados, como Holsti (1991, 1996) que classifica estas novas formas de combate como “guerras de terceiro tipo”. Estes seriam frutos dos confrontos entre grupos políticos dentro do Estado que buscam governança legítima. A crescente percepção deste novo tipo de conflito armado, segundo Holsti, ocorre a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, quando há um aumento do número de Estados em virtude, especialmente, da descolonização asiática e africana. Neste trabalho, optamos por nos valer da discussão proposta por Kaldor, que argumenta que as Novas Guerras devem ser compreendidas no contexto do processo da globalização, isto é, da ruptura da geografia territorial como limitadora dos fluxos globais. Este processo permite a intensificação do fenômeno da criança soldado – por exemplo, a partir do decorrente aumento do comércio legal ou não de armas, que é um fator essencial para disseminação de tal prática nas guerras. Por outro lado, a globalização dos valores permite a rejeição pública e internacional ao

Ao longo deste período, que se estendeu até a Guerra Fria, as guerras de interesse internacional⁴ foram promovidas predominantemente por Estados:

A brief period of revolutionary fervor and guerrilla uprisings apart, these ideas turned out to be even more applicable during the nineteenth century. It was a period when the legal separation between governments, armies and peoples became, for various reasons, even stricter than before (...). Intrastate political violence was largely restricted to the anarchists (...). The occasional bomb apart, states all but achieved their aim of monopolizing armed force (Creveld, 1991, p.41).

Entendida como uma atividade social, a guerra tradicional foi moldada por normas internacionais, que são decorrentes das distinções constitutivas da estrutura do sistema internacional (Kaldor, 2001; Münkler, 2005): (i) do público e o privado, i.e., entre as atividades do Estado e o que não estaria sob sua competência; (ii) do interno e o externo, definindo os limites territoriais do Estado; (iii) do plano econômico e o político, sendo que a coerção física não pertence ao campo das atividades econômicas; (iv) do plano civil e o militar; e, finalmente, (v) do possuidor legal do direito de usar a força, os não-combatentes e os criminosos. Estas distinções, assim, permitem o conhecimento total acerca de quem é o inimigo a ser enfrentado e os métodos a serem utilizados. Acima de tudo, estas fronteiras delineiam a diferença entre tempos de paz e de guerra, com a clareza do início do conflito, através da declaração de guerra, e do fim com o estabelecimento do cessar-fogo.

No entanto, na segunda metade do século XX, percebeu-se a mudança na natureza dos conflitos armados: se antes a maioria dos conflitos eram travados entre Estados soberanos, o quadro é revertido após 1945. De acordo com Holsti (1996, p.21)⁵, das 164 guerras ocorridas no pós-Segunda Guerra Mundial, 77% ocorreram dentro dos Estados, nos quais o combate era contra as autoridades do Estado ou entre grupos internos armados. Da mesma forma, em contraposição à distinção entre combatentes e civis, somente 20% das vítimas de guerra eram soldados em exercício no fim do século XX (Münkler, 2005, p.14).

uso de crianças soldado. Com isso, o tema ganha espaço nas agendas internacionais e o desenvolvimento de respostas ao problema de crianças soldado é acelerado.

⁴ É válido ressaltar que guerras civis – internas aos Estados - também ocorreram nesta época, no entanto não pertenciam ao escopo do interesse do internacionalista.

⁵ Embora optamos por não utilizar a discussão proposta por Holsti (1996), os dados apresentados pelo autor sobre as mudanças ocorridas após a Segunda Guerra Mundial são importantes para nossa compreensão acerca das novas guerras.

Durante a Guerra Fria, entretanto, estas guerras, fundamentadas em antagonismos profundos, foram mantidas em hibernação, uma vez que a atenção tanto da opinião pública quanto das grandes potências estava voltada exclusivamente à tensão política entre os Estados Unidos e a URSS (Farrel, 2002). Além disso, muitos destes regimes eram artificialmente protegidos e mantidos pela balança de poder bipolar, que uma vez rompida, permitiu a eclosão de diversas rebeliões populares que perpetuaram um ciclo de injustiça e de violência (Zartman, 2007). Este é o caso de Serra Leoa, Libéria, Haiti, Somália, Mianmar, Ex-Iugoslávia, entre outros.

Com o fim da Guerra Fria, as novas guerras ganharam espaço na agenda internacional e foram vistas como predominantes, trazendo ao cenário político internacional conflitos de características distintas daqueles encontrados anteriormente pelos Estados. Conseqüentemente, a forma clausewitziana de se pensar a guerra, apesar do seu predomínio por mais de três séculos, passou a se dissociar cada vez mais dos conflitos armados testemunhados em todo o mundo:

The key question is: given that most wars since 1945 have been *within* states, of what intellectual and policy relevance are concepts and practices derived from European and Cold War experiences that diagnosed or prescribed solutions for the problem of war *between* states? (Holsti, 1996, p.14. Itálico no original).

Segundo Kaldor (2001), as novas guerras devem ser compreendidas no contexto do processo da globalização, isto é, de ruptura da geografia territorial como limitadora dos fluxos globais e do conseqüente aumento da conectividade global em termos político, econômico, militar e cultural, a partir da década de 1980 (Scholte, 2005). No entanto, a maior integração mundial é contraposta por um processo de fragmentação, que também é gerado pela globalização. Neste contexto, ocorrem mudanças na natureza das guerras em relação aos objetivos, aos métodos, aos sujeitos envolvidos e à forma como estas são financiadas.

Neste sentido, Kaldor (2001) argumenta que as novas guerras emergem no contexto da erosão da autonomia do Estado, entendida como uma das conseqüências do processo da globalização. À medida que há maior interação global, o futuro da soberania estatal fundamentada no território se torna cada vez mais incerto:

In particular they [new wars] occur in the context of the erosion of the monopoly of legitimate organized violence. This monopoly is eroded from above and from below. It has been eroded from above by the transnationalization of military forces (...). The capacity of states to use force unilaterally against other states has been

greatly weakened (...). At the same time, the monopoly of organized violence is eroded from below by privatization (Kaldor, 2001, p.4).

Somado aos impactos do processo de globalização, as consequências do fim da Guerra Fria contribuíram de forma significativa para o aumento da quantidade das novas guerras (Kaldor, 2001). Em termos mais específicos, podemos mencionar a disponibilidade abundante de armas que fluiu, especialmente, para áreas de conflito em potencial, o descrédito na ideologia socialista, a fragmentação dos impérios totalitários e a retirada do apoio das superpotências a vários regimes, principalmente, no mundo em desenvolvimento.

Em contraste com os objetivos geopolíticos e ideológicos das guerras tradicionais, as novas guerras, segundo Kaldor (2001), seriam choques entre identidades políticas, que remeteriam a características políticas ou culturais anteriores à formação do Estado. Embora o conflito entre grupos com perfis distintos esteja presente também nas guerras tradicionais, Kaldor argumenta que, no caso das novas guerras, estes choques não estão relacionados a certo projeto político nem ao interesse estatal, mas à formação dos grupos que comporiam o Estado (p.6). Isto acaba por influenciar os métodos de guerras, que se distanciam das estratégias utilizadas nos conflitos armados tradicionais. Nas novas guerras, o território é controlado por meio da dominação política da própria população. Em detrimento da busca por vitórias militares em batalhas, os grupos armados utilizam a violência extrema com o objetivo de intimidar a população civil e obrigá-la a obedecer os grupos armados. Dessa forma, elimina-se qualquer manifestação de identidade política distinta (Brown, 2007; Kaldor, 2001, Münkler, 2005).

The new wars exhibit a distinctive management of fear, which the armed side constructs and organizes against the unarmed. This leads to a widespread breakdown of discipline among the armed group: soldiers become looters for whom the laws of war or any kind of military code of punishment no longer enter the picture (...) (Münkler, 2005, p.14).

Em consequência destas novas formas de fazer a guerra, há um crescimento significativo no número de refugiados, deslocados internos e, especialmente, o aumento da quantidade de vítimas civis. Enquanto que na virada do século XX, a proporção de vítimas militar para civil era de 8:1, hoje, este cenário é quase que o inverso: na década de 90, a relação entre mortes de militares e de civis é de aproximadamente 1:8 (Kaldor, 2001, p.8).

Diferente das guerras tradicionais, nas quais as unidades de combate eram organizadas hierarquicamente e facilmente identificadas em função do uso de uniformes e outros símbolos distintivos, as novas guerras são caracterizadas pela multiplicidade de atores organizados de maneira informal e altamente descentralizada. Por exemplo, além dos exércitos regulares, testemunhamos a presença de paramilitares, gangues criminosas, crianças soldado e grupos mercenários nestes conflitos armados.

O terceiro - e último - aspecto que torna as novas guerras ainda mais distantes dos conflitos armados clausewitzianos é a forma de financiamento, definida como a “nova economia de guerra globalizada” (Kaldor, 2001). Suas características e práticas são praticamente o oposto das formas de financiamento testemunhadas nas duas guerras mundiais. Enquanto estas últimas eram concentradas, abrangentes e auto-suficientes, a economia das novas guerras é descentralizada e altamente dependente dos recursos externos. Nestas circunstâncias, os grupos armados se sustentam através da pilhagem, da relação com mercado negro e por meio de recursos internacionais. Como exemplo, podemos mencionar a ‘taxação’ da assistência humanitária, o apoio advindo de governos vizinhos ou a remessa de valores por parte de grupos na diáspora. Isto tudo por que:

(...) The new wars are “globalized” wars. They involve the fragmentation and decentralization of the state. Participation is low relative to the population both because of lack of pay and because of lack of legitimacy on the part of the warring parties. There is very little production, so the war effort is heavily dependent on local predation and external support. Battles are rare, most violence is directed against civilians, and cooperation between warring factions is common (Kaldor, 2001, p.90).

Em resumo, as novas guerras seriam, então, caracterizadas pela ruptura da institucionalização, típica da guerra tradicional, e da diluição das fronteiras entre o privado e o público, o interno e o externo, o civil e o militar (Ibid., p.20). Com isso, a separação entre guerra e paz, outrora explícita, fica difícil de ser percebida. Em detrimento da declaração de guerra formal, os combates seriam dispersos no espaço e no tempo e travados entre grupos militarizados ou não - oficiais ou não - considerados inimigos por representarem identidades culturais e políticas distintas. Assim, o monopólio do uso da força pelo Estado é rompido. Atitudes, antes proibidas pelas normas internacionais, como o uso de violência contra não-combatentes, se tornam componentes essenciais das estratégias das novas guerras:

“the new wars involve a blurring of the distinctions between war (...), organized crime (...) and large-scale violations of human rights” (Kaldor, 2001, p.2).

Por fim, vale ressaltar que ainda que as novas guerras tomem formas distintas – como lutas pela independência ou confronto entre grupos étnicos pela predominância de um deles - e estejam concentradas na África, no Leste Europeu e na Ásia, estas constituem um fenômeno global:

(...) not just because of the presence of global and global networks, nor because they are reported globally. The characteristics of the new wars (...) are to be found in North America and Western Europe as well (...) All parts of the world are characterized by a combination of integration and fragmentation even though the tendencies to integration are greater in the North and the tendencies fragmentation may be greater in the South and East (Kaldor, 2001, p.11).

2.2.2.

Crianças Soldado: Um Fenômeno Global

Dentre os aspectos das novas guerras que podem ser testemunhados nos quatro cantos do planeta, abordamos, nesta seção, o fenômeno da criança soldado. Misturadas a outros combatentes, organizados de maneira informal e não identificados através de uniformes, as crianças soldado – jovens com menos de 18 anos - somam hoje cerca de 300 mil e estão presentes em, no mínimo, 86 países, segundo dados da *Coalition to Stop the Use of Child Soldiers* (2008a). Acredita-se, no entanto, que o número de crianças soldado, embora impossível de ser precisado, seja ainda maior:

(...) military commanders frequently conceal children or deny access to observers. Armed groups frequently operate in dangerous, inaccessible zones to which observers do not have access and many children perform support roles and are therefore not visible in military operations (...) Child soldiers also shift between groups or are released and then recruited by a different group. Many children are killed or die of injuries sustained or illnesses caused by the hardships of military life. Child soldiers often reach the age of 18 while in the ranks and are no longer considered children. The years spent as a child soldier then become invisible. (declaração retirada do site da Coalition; Disponível em: <http://www.child-soldiers.org/childsoldiers/questions-and-answers>. Acesso em 24 out. 2008).

Diante destes números, é possível perceber a mudança ocorrida em relação a momentos anteriores, nos quais a exclusão das crianças da guerra era um fato praticamente inquestionável em todas as ordens militares tradicionais⁶ - seja por uma questão de princípio ou por motivos práticos, uma vez que somente os

adultos eram fortes suficientes para usar as armas pré-modernas. Hoje, a escala e a magnitude do problema da criança soldado são inéditas, tanto em números de crianças envolvidas em grupos armados quanto em nível de participação (Honwana, 2006).

Nesse sentido, vale ressaltar que a aparente queda no uso de crianças soldado em conflitos armados apresentada no relatório da Coalition (2008a) – de 27 em 2004 para 17 no fim de 2007 – não é efeito das iniciativas internacionais para coibir o recrutamento militar de jovens com menos de 18 anos. De fato, a pesquisa demonstra que tal redução é consequência, principalmente, do término das guerras: “Indeed, where armed conflict does exist, child soldiers will almost certainly be involved” (p.1).

Assim, o período posterior à Guerra Fria inaugura uma nova prática de guerra: o uso sistemático de crianças soldados, seja por exércitos regulares ou por grupos armados rebeldes. Dessa forma, o recrutamento militar de crianças é, inclusive, considerado uma nova doutrina de guerra por alguns autores (Singer, 2006). Isto é, as crianças não mais constituem apenas o alvo das guerras, mas também são perpetradores de ações violentas e atrocidades durante os conflitos armados:

One of the most alarming trends in armed conflict is the participation of children as soldiers. Children serve armies in supporting roles, as cooks, porters, messengers and spies. Increasingly, however, adults are deliberately conscripting children as soldiers. Some commanders have even noted the desirability of child soldiers because they are "more obedient, do not question orders and are easier to manipulate than adult soldiers" (Graça-Machel, 1996).

Embora a tendência seja localizar o uso de crianças soldado em países africanos, é importante ressaltar que esta prática constitui um fenômeno global. Nas Américas, por exemplo, há registros de crianças soldado, desde 1990, em Estados, como Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, entre outros (Coalition, 2008a). A maior concentração se encontra na Colômbia, onde mais de 11 mil crianças estão associadas aos grupos armados, o que significa que um em cada quatro combatentes irregulares tem menos de 18 anos. Inclusive, mais de 30% de certas unidades das guerrilhas colombianas são compostas por crianças, que atuam, principalmente, na coleta de informações, na preparação das minas e

⁶ É inegável que houve situações isoladas, como nas Cruzadas, na Segunda Guerra Mundial e na Guerra Irã-Iraque, nas quais crianças participaram como combatentes. No entanto o número é

formam a “linha de frente” nos ataques aos paramilitares, soldados e aos policiais (Singer, 2006, p.16). Já na Europa, jovens com menos de 18 anos serviram tanto nas forças armadas britânicas quanto no lado da Irlanda do Norte. Além disso, também identificamos o uso de crianças soldado durante o conflito armado na Bósnia.

A África é considerada o epicentro do fenômeno de crianças soldado, sendo Serra Leoa o caso mais instrutivo, onde somente no grupo armado rebelde *Revolutionary United Front* (RUF), 80% de todos os combatentes tinham entre sete e 14 anos (Save the Children, 2000). O uso de crianças soldado por grupos armados está presente em todo continente: “The result appears to be an almost endemic link between children and warfare in Africa” (Singer, 2006, p.19). Por exemplo, na Libéria, a ONU estima que cerca de 20 mil crianças combateram na guerra que durou uma década, o que significa que as crianças constituíam mais de 70% das forças armadas dos vários grupos locais. Hoje já não há registros de recrutamento de jovens liberianos com menos de 18 anos por parte do governo nem por grupos armados (Coalition, 2008a). Em Uganda, o grupo rebelde *Lord's Resistance Army* (LRA) ficou famoso por ser composto quase que exclusivamente por crianças – mais de 14 mil crianças foram seqüestradas e convertidas em soldados. O LRA ainda mantém o recorde de ter recrutado o combatente mais novo em todo o mundo, um menino de cinco anos⁷ (Singer, 2006). Em 2007, em função da tensão constante entre os grupos rebeldes e as forças governamentais de Uganda, ainda havia mais de duas mil crianças e mulheres sob poder do LRA (Coalition, 2008a). O recrutamento militar de crianças também se tornou uma prática comum na República Democrática do Congo (RDC), onde hoje acontece a maior guerra do continente africano e a mais sangrenta desde a Segunda Guerra Mundial. Quando o conflito começou, em 1996, somente o exército apresentava cerca de 10 mil crianças combatentes entre sete e 16 anos de idade, fora os outros grupos armados que também fizeram uso desta prática (OIT, 2003, p.5). Atualmente, segundo o relatório da Coalition (2008a), há sete mil crianças

relativamente pequeno e qualitativamente distinto de uma prática disseminada.

⁷ O RUF, em Serra Leoa, é o próximo na lista com um combatente de 6 anos. A partir deste, há uma série de grupos armados que utilizam crianças soldado a partir de 7 e 8 anos (Singer, 2006).

soldado vinculadas às forças oficiais congoleesas e às organizações militares de oposição.

No entanto o Estado que apresenta o recorde em relação ao número total de crianças soldado faz parte do continente asiático: Mianmar. Apesar das repetidas declarações do governo que proíbem o recrutamento militar de jovens com menos de 18 anos, ainda hoje milhares de crianças soldado a partir dos 11 anos continuam sendo utilizadas, principalmente, pelo Tatmadaw Kyi (exército local) e por grupos militares não-oficiais (Coalition, 2008a). Em 2002, estimou-se que mais de 70 mil dos 350 mil combatentes do exército de Mianmar – isto é, mais de 20% - eram crianças (Human Rights Watch (HRW), 2002, p.3)⁸.

Enfim, é importante ressaltar que embora os números apresentados acima impressionem em virtude da magnitude do problema das crianças soldado, estes casos são apenas destaques da real amplitude do fenômeno:

They demonstrate just how deeply involved children have become in contemporary warfare (...) Moreover, child soldiers are a new features of nearly every area at war in our world (Singer, 2006, p.28).

Assim, uma vez apresentado o fenômeno da criança soldado, analisamos, nos próximos três tópicos, as causas primárias do envolvimento destes jovens com os grupos armados, as etapas de transformação de uma criança em um soldado – recrutamento, doutrinação e treinamento - e, finalmente, as conseqüências da guerra nas vidas destes jovens desmobilizados no pós-conflito armado.

2.2.2.1. As Causas Subjacentes e o Recrutamento

My parents couldn't afford to send me to school. There wasn't one in our village. It was about 40 miles away. Our village was burned down in 1997. My father was arrested and jailed (...). He was the head of the village. They said nothing about why he was arrested. [Mianmar – ex-criança soldado, recrutada aos 15/16 anos] (Unicef, 2003, p.29).

Many of the other children in the militia were orphans, from broken homes. Those who didn't attend school and those who were involved in gambling rings. [Timor Leste – ex-criança soldado, recrutada aos 16 anos] (Unicef, 2003, p.28).

⁸ Estimativas anteriores, baseadas em um estudo de caso feito para a elaboração do relatório da ONU sobre o impacto do conflito armado nas crianças, em 1996, identificaram mais de 50 mil crianças no exército de Mianmar (HRW, 2002).

A fim de compreender o fenômeno da criança soldado, é fundamental a análise das fontes de vulnerabilidades associadas ao contexto da guerra que impactam a vida destes jovens. Para Singer (2006), são três as principais causas estruturais que justificam o amplo recrutamento militar de crianças: (i) rupturas sociais e falhas no desenvolvimento causadas pela globalização, guerras e doenças, que criam um novo grupo com potencial de recrutamento. Inclui a maioria das crianças soldado vem das áreas mais pobres, menos educadas e marginalizadas da sociedade; (ii) avanço tecnológico da indústria armamentista, que permite a produção de armas pequenas e mais leves, portanto mais facilmente manuseadas por crianças, as quais se tornam participantes efetivos das guerras; (iii) predominância das novas guerras, que são caracteristicamente mais longas e brutais. Nestes casos, os líderes das organizações militares consideram o uso de crianças soldado uma forma eficiente e de baixo custo para mobilizar e gerar a força necessária durante todo o conflito.

As crianças, obrigadas a se juntar aos grupos armados, advêm geralmente de grupos considerados de risco: crianças de rua, habitantes de áreas rurais pobres, refugiados ou deslocados internos. Segundo o relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)⁹, publicado em Junho de 2008, as crianças constituem 46% dos aproximadamente 11 milhões de refugiados ou pessoas em situação de refúgio (p.12). Frequentemente, refugiados têm acesso restrito a necessidades básicas, são discriminados, não possuem uma identidade cultural e têm dificuldades em conseguir trabalho e em lidar com as complexidades do novo sistema social no qual estão inseridos. Consequentemente, os campos de refugiados, que apresentam condições de vida precárias, se tornam, segundo Wessels (2006, p.25): “political hotbeds where radicalized youths fuel continued armed conflict”.

A disseminação de certas doenças também contribui para a formação de grupos de crianças com maior potencial de recrutamento militar. Dentre tais enfermidades, a que mais chama atenção das autoridades é a epidemia de AIDS. Somente na África subsaariana, há cerca de 22 milhões de portadores (incluindo adultos e crianças) do vírus HIV (UNAIDS/WHO, 2008)¹⁰. Não

⁹ACNUR, “2007 Global Trends: Refugees, Asylum-seekers, Returnees, Internally Displaced and Stateless Persons”. Nova York, 2008.

¹⁰ Em todo o mundo, há cerca de 33 milhões de infectados pelo HIV.

coincidentemente, esta área é o epicentro do fenômeno da criança soldado. Uma vez que a AIDS não afeta de forma equilibrada todas as faixas etárias, a demografia básica da região é alterada. No continente africano, por exemplo, as crianças constituem a maioria da população enquanto que o grupo de adultos de meia-idade foi praticamente eliminado. Conseqüentemente, há maior instabilidade econômica, política e social. Neste contexto, a vida militar se torna o único ou melhor meio de sobrevivência. Além disso, a maioria destas crianças é órfã¹¹ e, nesse sentido, constituem um grupo especialmente suscetível ao recrutamento militar: sem os pais e apoio para se sustentar, muitas destas crianças acreditam não ter nada a perder se alistando militarmente.

Em relação à segunda causa estrutural, i.e., a ligação entre avanço tecnológico da indústria armamentista e o fenômeno da criança soldado, vale, primeiro, ressaltar que a imagem das operações militares fundamentadas em sistemas de armamentos muito complexos e caros não condiz com a realidade da maioria dos conflitos armados no mundo. Em seu lugar, encontram-se armas mais simples e menos custosas, como os rifles, granadas, armas automáticas leves e as minas. Segundo a pesquisa realizada pelo projeto Small Arms Survey, em 2005, as armas pequenas e leves são responsáveis pela maioria – em torno de 60% a 90% – das mortes diretas em conflitos, dependendo da natureza do combate.

O desenvolvimento tecnológico da indústria armamentista permitiu a elaboração de armas pequenas e leves e com isso facilitou o processo de transformação de crianças em soldados tão perigosos quanto qualquer adulto. Por exemplo, a incorporação do plástico torna as armas, especialmente os rifles automáticos, leves o suficiente que crianças são capazes de manuseá-las de forma tão eficaz quanto os combatentes em fase adulta. Tão importante quanto a leveza das armas é a simplificação do uso. Um caso claro é a russa Avtomat Kalashnikova odraztzia 1947 goda ou, apenas, AK-47, que pesa 2,30 quilos e tem apenas nove partes móveis, logo é muito simples de ser manejada. Isto é comprovado quando entrevistas com ex-crianças soldado revelam que elas próprias demoram somente 30 minutos para aprenderem a usar este tipo de arma (Singer, 2006, p.46).

¹¹ Segundo os dados publicados pela UNAIDS/WHO em julho de 2008 com referência ao ano de 2007, há, na África, 11.6 milhões de órfãos em função da AIDS.

In previous ages, young children lacked the size and strength to wield effectively the weapons of the days, such as swords, spears, shields, and heavy muskets. Weapons like AK-47 have changed this, opening the door to the pervasive use of child soldiers (Wessels, 2006, p.19).

Hoje, de acordo com a recente pesquisa publicada pelo projeto Small Arms Survey (2008), no mínimo 31 Estados produzem legalmente armas leves, enquanto que mais 26 países fabricam armas sem licença ou com esta expirada, aumentando a proliferação de riscos inerentes ao comércio formal ou não de armamentos entre os países¹². Desta maneira, as organizações militares, oficiais ou não, conseguem obter, facilmente, as armas a preços reduzidos¹³. Como resume a pesquisa publicada pelo Small Arms Survey (2008):

Light weapons are becoming more lethal, more portable, less expensive, and more durable, increasing the prospect of their proliferation, especially to non-state armed groups (p.2, capítulo 1).

Este fácil acesso às armas é um fator fundamental para disseminação do uso de crianças soldado em todo o mundo. Uma vez que a disponibilidade de armas e de munição é vital para qualquer grupo armado, sua escassez demanda dos líderes de tais organizações um gerenciamento cuidadoso do material. No caso de falta de armas, a munição é dada somente aos melhores soldados e apenas para missões específicas (Wille, 2005). As crianças soldado, neste contexto, são as primeiras a serem descartadas, pois se acredita que estas fazem um uso menos eficaz das armas se comparado aos soldados adultos já experientes. No entanto, frente à ampla difusão de armas e de munição, é possível explicar a capacidade da maioria dos grupos armados de recrutarem grande quantidade de crianças sem colocarem em risco a eficácia da organização. Este fator esclarece em parte, por exemplo, a ausência de crianças soldado em Mali, onde os rebeldes não possuem recursos financeiros suficientes nem apoio internacional e, portanto, têm acesso restrito às armas (Ibid., p.200).

A terceira, e última, causa estrutural que justifica o amplo recrutamento militar de crianças, segundo Singer (2006), é a predominância das novas guerras no período posterior ao fim da Guerra Fria. A consequência destes conflitos

¹² Vale destacar o papel do chamado ‘comércio de formigas’ (pequenas quantidades de armas contrabandeadas por indivíduos através de fronteiras) nas transferências de armas para áreas de conflito. Embora seja um fluxo pequeno, este é constante e capaz de produzir um grande acúmulo ao longo do tempo (Small Arms Survey, 2005).

armados é a destruição das estruturas socioeconômicas e políticas de determinada sociedade, dificultando o acesso da população às necessidades básicas, como escola, serviços de saúde, moradia adequada, alimentação e água. Além disso, a guerra impacta as relações familiares, fragilizando-as e aumentando o nível da violência dentro do núcleo familiar. Neste cenário, i.e., em uma estrutura social enfraquecida, a participação na guerra é uma oportunidade de vida a ser considerada, inclusive, pelas crianças.

Um caso típico da associação entre as novas guerras e alto nível de recrutamento militar de crianças é Angola, onde o conflito armado durou 25 anos. Ao longo deste período, cerca de 300 mil crianças estiveram associadas ao exército ou às forças rebeldes da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Os números ilustram as rupturas sociais provocadas pela guerra, gerando uma situação propícia ao amplo envolvimento de crianças com os grupos armados. Cerca de um milhão de crianças perderam o pai ou a mãe e 300 mil crianças perderam ambos durante a guerra; 70% das crianças angolanas em idade escolar são iletradas; e as perspectivas para o futuro preocupam ainda mais, uma vez que 45% da população têm menos de 15 anos (Singer, 2006, p.44).

Somado a isso, a longa duração das novas guerras implica num aumento significativo da quantidade de soldados necessária à manutenção do conflito. Uma vez que o número de mortos e feridos em combate é grande, há uma necessidade constante de preencher estes espaços. Somado a isso, devido às péssimas condições de combate, o nível de deserção é alto. No entanto esta demanda por mais militares nem sempre é possível de ser cumprida com base na disponibilidade de combatentes em idade adulta, ou seja, acima dos 18 anos. Diante desta situação, a solução menos custosa e mais eficiente é o recrutamento de crianças. Dentro desta idéia, um soldado do Burundi comenta:

(...) Because we don't have enough soldiers, recruitment takes place twice a year and, until the necessary strength is reached, all those who come forward are enlisted, *whatever their age may be* (Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2003, p.26; ênfase minha).

Em resumo, a frágil situação socioeconômica somada à simplificação tecnológica dos armamentos e às mudanças na natureza da maioria dos conflitos

¹³Em Uganda e no Sudão, por exemplo, uma AK-47 custa o mesmo que uma galinha (Singer, 2006, p.48).

armados contemporâneos são fatores subjacentes à emergência do uso de crianças soldado como um fenômeno global. Tais aspectos não apenas contribuem para disponibilidade maciça de crianças a serem recrutadas, mas também tornam possível estes jovens servirem como reais combatentes.

Assim, estas são as principais fontes de vulnerabilidades associadas ao contexto da guerra, que explicam o amplo envolvimento de crianças com os grupos armados. Com isso, exploramos, agora, o processo de transformação delas em soldados, cujo primeiro passo é o recrutamento. Esta etapa inicial é simples e rápida, seja através da abdução destes jovens por grupos armados, seja por meios ditos “voluntários”, quando as crianças se alistam sem sofrer ameaças diretas.

Na maioria dos conflitos armados, onde há uso de crianças soldado, o método mais comum de recrutamento destes jovens é por meio de seqüestros. Embora as características buscadas nas crianças variem de acordo com a necessidade de cada grupo armado, a pré-condição fundamental na eleição dos seqüestrados é o tamanho físico, que deve ser o suficiente para portar uma arma (Wessels, 2006). Nesse sentido, as escolas secundaristas e orfanatos são os alvos mais comuns dos raptos praticados pelas organizações militares. No caso de seqüestro de crianças consideradas muito pequenas, os comandantes ou liberam ou matam com objetivo de intimidar a população local e os novos recrutados:

Having relatively advanced cognitive competencies, teenagers are effective problem solvers who can plan and lead attacks, develop strategies for avoiding capture, and participate fully in all aspects of military life (...) teenagers often help to construct the political discourses that guide armed group's struggles for liberation or domination of a political rival (Ibid., p.35).

Da mesma forma, se o objetivo da missão é seqüestrar meninas para serem escravas sexuais dos líderes dos grupos armados, somente as consideradas mais atraentes são raptadas. Os seqüestros são famosos por sua extrema brutalidade. O Lord's Resistance Army, por exemplo, já seqüestrou mais de 12 mil crianças desde junho de 2002 para compor o grupo na luta contra a Operação Iron First do governo ugandês:

That night, the LRA came abducting people in our village, and some neighbors led them to our house. They abducted all five of us boys at the same time. I was the fifth one. . . . We were told by the LRA not to think about home, about our mother or father. If we did, then they would kill us. Better to think now that I am a soldier fighting to liberate the country. There were twenty-eight abducted from our village that night. . . . We were all tied up and attached to one another in a row. After we were tied up, they started to beat us randomly; they beat us up with sticks [menino soldado sequestrado aos 12 anos] (HRW, 2003, p.5).

Apesar do rapto de crianças ser conduzido, freqüentemente, por grupos armados rebeldes, o Estado também faz uso desta tática. Em algumas situações, inclusive, os governos nem se esforçam para tentar esconder a participação em seqüestros sistemáticos e partem para buscas de crianças de casa em casa (Wessels, 2006, p.40). Em Mianmar, esta é uma cena comum em virtude do alto nível de deserção por parte dos soldados adultos. Como conta um ex-menino soldado, seqüestrado aos 9 anos: “A group of soldiers knocked loudly on the door (...) I was crying. I was dragged out of my house and put on a boat and taken to Rangoon. I was considered an adult” (UNICEF, 2003, p.25).

Embora muitas narrativas sobre o porquê do amplo envolvimento de crianças com os grupos armados enfatizem o recrutamento forçado, identificando as crianças soldado como *vitimas* do seqüestro, é importante ressaltar outra abordagem, em que a guerra surge como fonte de oportunidades para estes jovens. Inclusive pesquisas indicam que duas em cada três crianças soldado têm algum tipo de iniciativa no próprio alistamento (Singer, 2006, p.61). Por exemplo, na região da África Central, 64% das crianças soldados se juntaram aos grupos armados “voluntariamente”, ou seja, sem sofrer ameaças violentas (OIT, 2003, p.26). A pesquisa da UNICEF (2003) afirma que, no Leste Asiático, 57% das crianças se voluntariaram como combatentes. Rompendo com o mito das crianças como vitimas, esta opção de narrativa as representa como atores com forte senso de agência e poder de decisão (Wessels, 2006, p.32).

No entanto é preciso ter cuidado ao utilizar o termo *voluntário* para designar este tipo recrutamento militar das crianças. A decisão destes jovens – embora tenha sido tomada sem estes sofrerem pressões nem ameaças violentas – está, na maioria dos casos, intimamente associada às vulnerabilidades nas zonas de guerra que tornam nebulosas as fronteiras entre escolha e coerção¹⁴. O aspecto econômico é esclarecedor nesse sentido: uma vez que fome e miséria são endêmicas em situações de conflito armado, algumas crianças podem, por vontade própria, se alistar, acreditando que assim conseguirão garantir refeições regulares, vestimenta e cuidado médico. Inclusive, a mesma pesquisa feita pela UNICEF

¹⁴ Neste ponto, ressaltamos mais uma vez a relevância de se analisar as fontes de vulnerabilidades que impactam a vida das crianças nas zonas de guerra para entender o fenômeno da criança soldado.

(2003) com crianças soldado desmobilizadas no Leste Asiático identificou que quase 60% delas tomaram a iniciativa de se alistar em função, primeiramente, da pobreza. Da mesma forma, na República Democrática do Congo (RDC), crianças também identificam a falta de recursos como principal incentivo para se tornarem combatentes:

I joined the militia because I thought I could get paid work after the war. I knew I was risking my life, but I had no other choice. My mother, a farmer, was finding it hard to feed us. While other youths joined the group for ideological reasons, I joined in order to have a job [ex-menino soldado e quinto dos nove filhos de uma família órfã de pai] (OIT, 2003, p.30).

As transformações trazidas pela guerra não ocorrem apenas nos âmbitos econômico e político, mas também no moral, principalmente, quando lidamos com as novas guerras, que são caracteristicamente longas e brutais. No centro da transformação moral, está a mudança nos valores que as crianças aprendem. Na maioria das sociedades, aprende-se que o uso da violência é prejudicial para uma convivência saudável e harmônica. No entanto, nas zonas de guerra, esta noção é revertida: violência e morte são normalizados em função de ocorrências diárias nas ruas, mercados e em comunidades. Em outras palavras, por nunca terem experimentado a “paz” e por presenciarem, constantemente, os adultos lidando com conflitos diários por meio da violência, as crianças rapidamente entendem que o uso da força é adequado. Além disso, as crianças aprendem que a ordem foi rompida no contexto da guerra e, conseqüentemente, o uso de armas para própria defesa se torna necessário e até mesmo legítimo:

They [children] also understand that the breakdown of law and order means there are no police to protect them and their families, who can be attacked at any moment. (...) children learn to view guns and fighting as necessary and legitimate (Wessels, 2006, p.44).

Assim, as crianças - inseridas numa cultura de violência, onde o termo paz não tem sentido - se adaptam à situação de guerra. Dessa forma, a opção de se tornar um soldado como meio para obter poder, riqueza e educação (i.e., elementos cujo acesso é difícil na vida civil) é mais facilmente aceita (Wessels, 2006).

Entre outros fatores que motivam o alistamento militar de crianças, estão o desejo de vingança, a fascinação pelo exército – ou o prestígio de fazer parte deste grupo - , o medo, questões ideológicas e o sentimento de exclusão (Honwana, 2006; Peters e Richards, 1998). O desejo de vingança decorre muitas vezes do fato

de as crianças soldado serem os únicos sobreviventes de suas famílias depois de massacres promovidos pelas organizações militares. Este aspecto da retaliação é particularmente forte em certas culturas, cuja estrutura social é baseada em clãs e o desejo de preservar a honra é tão forte a ponto de se sobrepor a todos os outros princípios. Sendo assim, uma criança que vivenciou algum tipo de perda, especialmente de um parente, não se sentirá completo ou valorizado na comunidade até se vingar. Os jovens kosovares da Albânia, por exemplo, mencionaram este fator para justificar o envolvimento com os grupos rebeldes locais (Singer, 2006, p.65).

No caso da admiração pelo exército, a OIT (2003) identifica uma série de evidências nos depoimentos das crianças soldado sobre a forte fascinação pelos grupos armados devido ao prestígio do uniforme, à excitação de portar uma arma ou em função do status social associado à profissão do soldado. Para uma criança de uma vila pobre, por exemplo, integrar um grupo armado garante seu acesso à roupa, à comida e à assistência médica, além da sensação de poder e respeito que, provavelmente, não seria alcançada por meios civis. Esta atração pelo exército é ainda reforçada pela promessa de bom salário, especialmente, para aqueles que abandonaram os estudos.

I had always dreamed of joining the army or owning a small shop. When I heard the announcement on the radio in Kananga that called for volunteers, knowing that I did not have any qualifications for other occupations, I reported to the commander to be enrolled [RDC - ex-menino soldado] (OIT, 2003, p.29).

Ainda para fortalecer este sentimento de admiração pelo exército, as guerrilhas na Colômbia, por exemplo, enviam crianças soldado fisicamente atraentes e bem articuladas para recrutar novos jovens como forma de glamourizar a vida militar (HRW, 2003b).

A sensação de medo entre as crianças também pode levá-las a se alistarem: “Enrolment in an armed group was considered the lesser of two evils and, sometimes, even a form of protection” (OIT, 2003, p.34). Em situações de guerra, o medo de ser atacado por rebeldes é constante, logo o envolvimento com os grupos armados se torna, muitas vezes, a única forma de proteção. Há também os casos de ex-crianças soldado, que fugiram de um determinado grupo, mas o medo de serem descobertos e considerados traidores os leva a se alistar novamente em outra organização militar.

Embora não muito mencionado, o aspecto ideológico também influencia fortemente o alistamento *voluntário* de crianças. Vale destacar que adolescentes são, naturalmente, mais receptivos a novas ideologias e a formas de pensamento do que os adultos. Os grupos armados abusam deste idealismo, prometendo oportunidades para superar um regime injusto e construir um novo sistema social. Inclusive, os próprios adultos da comunidade buscam, por meio do discurso e de ações, convencer as crianças a integrar a luta armada, enfatizando sua responsabilidade de proteger as famílias e de impedir a opressão e a desonra coletiva.

As entrevistas feitas por Peters e Richards (1998) com ex-crianças soldado de Serra Leoa, nos campos de desmobilização, ilustram o impacto da influência ideológica sobre a decisão de se alistar militarmente. Um exemplo é a resposta de um menino à questão sobre se ele gostou de participar do combate. Este jovem aos 13 anos se apresentou como voluntário do exército regular do país:

Yes. I like to free in the country [side]. Besides that, when they took you to training, they also tell you [things]. We were trained to save life and property. So I liked that, because I was saving life and property. That's why I loved the work (...) (p.190).

No caso dos conflitos armados motivados por tensões étnicas, as questões ideológicas influenciam fortemente o alistamento militar de crianças. Neste contexto, as ações da mídia e da propaganda são fundamentais e têm como finalidade desumanizar o inimigo e criar um significado para o combate entre estes jovens. Os efeitos desta manipulação são particularmente fortes sobre a forma de pensar dos adolescentes que não têm experiência suficiente para analisar as questões de forma crítica, principalmente, em situações onde a educação é precária (Wessels, 2006, p.53). Por exemplo, em Ruanda, como preparação para o genocídio ocorrido em 1994, os Hutus utilizaram o rádio como meio para enviar mensagens de intolerância e estimular a violência contra Tutsis, que eram demonizados e rotulados como rivais estrangeiros dos Hutus (Gourevitch, 2000).

Como vimos, o sentimento de exclusão vivenciado por muitas crianças soldados também pode ser um incentivo ao alistamento militar voluntário. Esta sensação pode ser provocada em duas esferas: família e escola. A brutalidade da guerra impacta as relações familiares, fragilizando-as e aumentando o nível da violência dentro do núcleo familiar. Isto é, a guerra torna a família um microcosmo da violência social que a circunda (Pintar, 2000, *apud*, Wessells,

2006, p.135). Além disso, a violência familiar também pode estar associada à incapacidade do homem de cumprir seu papel como provedor em função, por exemplo, da instabilidade econômica gerada pela guerra. A taxa de desemprego de 70% não é rara em zonas de guerra (Wessels, 2006, p.26). Em consequência desta ameaça da identidade masculina e da perda do sentimento de poder, os homens tendem a ser mais violentos e batem em suas mulheres e filhos como forma de reafirmar sua autoridade. Neste contexto, a criança busca qualquer oportunidade para sair de casa e um dos caminhos é se voluntariar como soldado.

Já na escola, a reprovação é a principal causa do sentimento de exclusão. Segundo a pesquisa da OIT (2003, p.31), apesar de 68,4% das crianças do Congo terem freqüentado a escola antes do recrutamento, a maioria delas já havia repetido algum ano. Neste caso, o alistamento é uma solução diante das más experiências advindas das falhas na escola.

Enfim, a partir desta análise sobre as possíveis razões para o alistamento das crianças, seja através do recrutamento compulsório ou por própria iniciativa destes jovens, percebemos que é praticamente impossível identificar um único motivo para explicar o amplo envolvimento das crianças com os grupos armados. Na realidade, as causas subjacentes ao fenômeno da criança soldado devem ser entendidas como contextuais, específicas de cada indivíduo e embebidas em amplos sistemas de exploração e violência (Wessels, 2006, p.55).

Uma vez analisadas as causas subjacentes e as formas de recrutamento militar destes jovens, focamos, no próximo tópico, nas etapas seguintes deste processo de transformação de crianças em soldados: a doutrinação e o treinamento.

2.2.2.2. Doutrinação e Treinamento

O envolvimento da criança com a guerra, não só como vítima, mas também como perpetrador da violência começa com o recrutamento militar, que pode acontecer de forma compulsória ou sem ameaça do uso da força, como vimos acima. Em seguida, o longo processo de transformação do civil em uma criança soldado é iniciado, marcando uma transição de vida profunda. Separado dos pais e distante do apoio dos amigos e da família, estes jovens entram em um mundo

novo governado por regras militares rígidas, disciplina severa, múltiplas privações e contato freqüente com a morte. De forma resumida, a adaptação à vida militar acarreta um processo de “ressocialização” que pode levar à mudança do comportamento, dos papéis, dos valores e das identidades: “In its extreme form, the process involves both taking apart and *remaking the child*” (Wessels, 2006, p.57; ênfase minha).

A iniciação destes jovens soldados em um contexto de violência e conflito armado, portanto, é um processo de reconfiguração de identidade cuidadosamente orquestrado com a finalidade de romper os laços com a sociedade e de transformar meninos e meninas em assassinos impiedosos. Dessa forma, as crianças, muitas vezes, cometem atos que a moral e os valores proibiriam na vida civil.

O primeiro momento da transformação do civil em uma criança soldado é a doutrinação, seguida do treinamento e, por fim, da participação em combate. A doutrinação – ou, ato de imbuir a criança com a visão de mundo de um soldado – garante o que os analistas chamam de “motivação de apoio”, i.e., o conjunto de fatores que mantém os soldados no exército independentemente dos riscos e das exigências da campanha. A tecnicidade do termo doutrinação é, em muitos casos, um eufemismo para esconder o regime brutal e de manipulação psicológica aos quais as crianças soldado são submetidas. Com isso, o objetivo dos comandantes das organizações militares, oficiais ou não, é alcançado, ou seja, é garantida a obediência absoluta destes jovens em relação ao grupo armado. Um exemplo típico ocorreu no Paraguai, em que treinadores militares oficiais bateram em crianças com 12 anos com paus e com a extremidade mais grossa dos rifles e ainda os queimaram com cigarros – tudo para torná-los soldados (Singer, 2006, p.71).

Uma das táticas comuns de doutrinação é a participação forçada das crianças soldado em atrocidades contra os próprios parentes e a comunidade de origem. Este tipo de ritual de iniciação é bastante utilizado com as crianças recrutadas de forma compulsória, pois diminui as chances de fuga, uma vez que o jovem se dá conta de que sua própria comunidade o verá como assassino e provavelmente não o aceitará de volta. Além disso, a participação forçada em assassinatos é uma forma de tornar as recém crianças soldado insensíveis em relação à violência. Dessa forma, o terrível, aos poucos, torna-se parte do cotidiano: “Through progressive exposure to violence and removal of personal

responsibility for killing, even normal people can become effective killers” (Wessels, 2006 p.59).

Ao longo do período de doutrinação, é fundamental o ensinamento das regras estabelecidas pelo grupo armado, que, obviamente, são distintas daquelas às quais as crianças foram submetidas quando civis. Este processo é, geralmente, acompanhado do uso de violência e de castigos variados. A reação destes jovens às punições decorrentes da violação destas novas normas, diverge, freqüentemente, de acordo com a forma de recrutamento, isto é, se esta foi compulsória ou voluntária. Se, por um lado, a criança raptada considera o castigo injusto, a outra que optou por se alistar tende a acolher as regras e a ideologia do grupo armado e, portanto, aceita a punição como justificável (UNICEF, 2003):

I was beaten only once. They told us not to go home and drink alcohol. I went home and got drunk and fired my gun. We were told not to use our weapons in the villages. Some BRAs heard it and reported me. I was drunk with my friends. [He thinks he was 16 years old then] The commander, in his 30s, threatened to kill me if I ever did it again. The whole section beat me up. I broke a rib. I accept it. I know it was my own mistake. [Ex-menino soldado da Papua-Nova Guiné, se alistou quando tinha 15 anos] (p.42).

Os castigos mais severos são, na maioria dos casos, respostas às tentativas de fuga com objetivo de deter a ação e evitar o vazamento de informações sobre a localização e vulnerabilidade do grupo. Embora a pena de morte seja a punição mais comum em casos de fuga, outras formas de tortura também são utilizadas. Por exemplo, ex-crianças soldado na Colômbia, Peru, Moçambique e na República Democrática do Congo revelam terem sido obrigadas a beber o sangue ou até mesmo a comer o coração das vítimas (Singer, 2006, p.74).

O isolamento das crianças soldado, que são mantidas nos campos de treinamento dos grupos armados, é outra tática comum da doutrinação. Sua finalidade é tanto estreitar o mundo destes jovens – isto é, desconectá-los de seu passado e de seus laços familiares - quanto escondê-los do conhecimento público, reduzindo assim a responsabilidade do grupo perante as comunidades local, nacional e internacional. Somado a isso, uma das conseqüências diretas do isolamento das crianças soldado é o aumento da dependência destas em relação ao grupo armado, especialmente, aos seus líderes, que, por sua vez, fortalecem o controle sobre os jovens.

Outra forma de garantir o processo de “ressocialização” das crianças a partir de uma nova identidade - neste caso, militar - é submetê-las a uma carga de

exercícios físicos pesada com objetivo de levá-las à exaustão máxima, criando, assim, um estado mental que facilita a doutrinação ideológica. Honwana (2006, p.58) ilustra esta estratégia com o caso de Angola, onde muitas ex-crianças soldado, ao relatar as experiências militares, mencionam a Jura, uma forma de rito de celebração adotada pela UNITA. A fim de induzir os jovens angolenses recrutados a esquecer sobre a comunidade de origem e a família, estes são obrigados a cantar e dançar durante toda a noite sem parar.

Esta transição de vida profunda da criança civil para criança soldado acontece tanto no nível psicológico, como vimos acima, quanto no processo de “reidentificação” física. Muitos grupos armados, como o *Liberation Tigers of Tamil Eelam* (LTTE), no Sri Lanka, raspam a cabeça das crianças ou gravam com pedaços de vidro a sigla da organização militar em seus peitos, braços ou até mesmo nas testas (HRW, 2004a). Estas práticas, além de marcarem a ruptura com a identidade civil anterior, dificultam as fugas e o processo de reintegração destas crianças a comunidades, onde tais organizações militares são odiadas. Como parte deste processo, as crianças soldado também recebem codinomes e são proibidas de utilizar os nomes antigos ou até mesmo apelidos que remetem às experiências passadas com a família e com os amigos (Honwana, 2006). Na maioria das situações, os novos nomes estão associados às características específicas das crianças ou à agressão cometida por elas durante o combate, como as crianças soldado na Libéria:

‘Laughing and Killing’ because the boy soldier would laugh as he killed enemy fighters; ‘Disgruntled’ because the child soldier was not satisfied with the fighting; ‘Captain No Mercy’ because the officer would kill if someone disobeyed orders; and ‘Walking Stick’ because this child was made to walk directly behind his commander (HRW, 2004b, p.26).

Enfim, independentemente dos meios de doutrinação, o resultado é basicamente o mesmo: a reconfiguração moral que permite a transição da criança à vida militar¹⁵, na qual atividades, antes proibitivas, se tornam parte integral do dia-a-dia. A partir de métodos brutais e de punições severas, argumenta Wessels (2006), as crianças são submetidas a uma mentalidade de “matar ou ser morto”,

¹⁵ É importante ressaltar que “vida militar”, neste contexto, equivale à vida da criança uma vez envolvida com um grupo armado, oficial ou não, i.e., que não é civil. Sabemos que o militarismo do Estado moderno possui características distintas e submete-se a outras regras.

que fortalece o controle dos comandantes sobre os jovens soldados e os prepara psicologicamente para mais violência:

In this manner child soldiers learn to devalue human life and to dehumanize themselves, relinquishing their independence and accepting their violations of previously embraced moral sanctions against killing a friend (p.65).

Finalizado o processo de doutrinação, inicia-se o último passo do procedimento de conversão de uma criança em um soldado: o treinamento. Na maioria das situações, o tempo dedicado a esta etapa é de aproximadamente duas semanas, incluindo apenas exercícios militares fundamentais e instruções de tiro:

(...)I didn't have any military training – the only training that I had was how to clean guns, take them apart and put them back together. The only thing that I heard from Falintil about fighting was "if you see enemy, you shoot him. If you don't shoot him, you will be killed. [ex-menino soldado no Timor Leste] (UNICEF, 2003, p.38)

Em função da inadequação do treinamento, o risco de morte das crianças soldados aumenta. Isto ocorre, primeiro, porque estes jovens são incapazes de se proteger adequadamente e, somado a isso, não sabem lidar com as minas terrestres e outros obstáculos inerentes à rotina do conflito, sendo tratadas, então, como descartáveis (Wessells, 2006, p.67). No entanto, independentemente dos riscos, há relatos de crianças que elogiam o treinamento e valorizam as novas habilidades conquistadas. Vale sublinhar, nesse sentido, que estes jovens soldados estão sob forte influência dos discursos ideológicos dos líderes dos grupos armados, que buscam justificar o combate. Na Colômbia, por exemplo, a guerra é apresentada como o duelo entre o “povo” e a “oligarquia militar”, apoiada pelo imperialismo norte-americano (HRW, 2003). Para isso, a apresentação às crianças soldado de imagens de heróis e de mártires é uma estratégia bastante comum:

They teach us history: the history of Che Guevara or Jacobo Arenas or Marxism-Leninism every day from 3:00 to 4:00 p.m. We read. There isn't any math or science taught, only politics, weaponry, and the FARC's rules. Before we go out to fight, there is a talk: “We are going out to defend Colombia, so that equality can come—to help the poor—so that the rich don't take from the poor. (ex-menina soldado; Ibid., p.62).

Durante o treinamento, as crianças soldado desempenham diversas funções, como cozinheiro, portador, mensageiro, espião, escravo sexual ou combatente. Os papéis exercidos por estes jovens variam de acordo com o contexto e com as características de cada um, como gênero, idade, tamanho e habilidades. As crianças mais novas, por exemplo, são, geralmente, usadas como espiãs, pois são

menores e, portanto, conseguem se mover livremente sem levantar suspeitas (Singer, 2006, p.75). No entanto, a maioria destes jovens é recrutada, primeiramente, para lutar e é rapidamente treinada para desempenhar este papel. De acordo com a pesquisa da UNICEF (2003), 91% das crianças soldados serviram como combatentes; da mesma forma, o estudo da Organização Internacional do Trabalho (2003) afirma que, na África, 87% das crianças recrutadas serviram nas linhas de frente. Somente na Libéria, cerca de 80% das crianças soldado estiveram envolvidas no combate direto (IRIN, 2003, *apud*, Singer, 2006, p.77).

Diante da superficialidade do treinamento, a primeira reação das crianças soldado ao caos do combate é um medo intenso. Inclusive este é o sentimento, sem dúvida, mais difundido nas narrativas das ex-crianças soldado: medo de precisar lutar, medo de ser morto, medo dos comandantes (Honwana, 2006). No entanto, devido, especialmente, ao desejo de sobrevivência e à intimidação exercida pelos comandantes que, geralmente, punem cruelmente os soldados considerados “medrosos”, o temor é rapidamente substituído pela necessidade de adaptação. Esta exigência, em muitos casos, é somada ao desejo de vingança, que ajuda as crianças a administrar o próprio medo e, conseqüentemente, a lutar de forma mais eficaz.

Com o passar do tempo, preenchido por um processo de doutrinação intenso e pelo treinamento militar¹⁶, as crianças soldado podem se tornar assassinos obedientes, dispostos a participar das atividades mais perigosas. Aliado a isso, diferente dos soldados adultos, as crianças muito novas não reconhecem os riscos reais do combate. Como o próprio comandante de um grupo rebelde na RDC afirmou: “Children make good fighters because they are young... They think it’s a game, so they’re fearless” (Singer, 2006, p.80).

No entanto, se a pressão psicológica e as punições físicas estabelecidas pelos grupos armados falharem, os comandantes podem usar drogas, que suspendem inibições normais ao debilitar os critérios de julgamento e as funções cognitivas, para garantir a atuação eficaz das crianças no combate. Em resumo: “Children are easily controlled and very brave when given drugs. Has no second thoughts and can always perform” (Wille, 2005, p.204).

Embora o tipo da droga utilizada varie de acordo com a disponibilidade em cada região, é possível, de forma geral, identificar as mais comuns: maconha, cocaína, anfetaminas e barbiturato. Na Libéria e em Serra Leoa, por exemplo, a droga favorita era o “Brown-brown”, que equivale à mistura de cocaína ou heroína com pólvora para intensificar seus efeitos (Wille, 2005). Num momento inicial, as crianças soldado são obrigadas a usar estas drogas e, na ausência de agulhas, os líderes dos grupos fazem um corte na veia dos braços ou na têmpora das crianças, inserem a droga e, depois, tampam o machucado com uma bandagem. Com o tempo, à medida que o vício aumenta, a maioria das crianças passa a utilizar as drogas voluntariamente:

(...) The lieutenant used to provide us cocaine. I put it here, on my nail, which is very long (...) I was free for us to fight. Just before the fight, we also used to smoke marijuana. It was common to us. Every day we smoked it (...) [Serra Leoa, - ex-menino soldado] (Peters e Richards, 1998, p.195).

O resultado é que, apesar de seu pequeno tamanho físico e imaturidade, crianças soldado se tornam participantes efetivos das chamadas novas guerras. Como um repórter da Rádio Netherlands afirma:

Children make very effective combatants. They don't ask a lot of questions. They follow instructions, and they often don't understand and aren't able to evaluate the risks of going to war. Victims and witnesses often said they feared the children more than adults because the child combatants had not developed and understanding of the value of life. They would do anything. They knew no fear. Especially when they were pumped on drugs. They saw it as fun to go into battle (*Apud*, Singer, 2006, p.83).

A partir desta análise, é possível perceber que o processo de doutrinação e de treinamento não representa apenas uma série de atividades às quais as crianças soldado são submetidas, mas é, principalmente, um procedimento de reestruturação interna das crenças, valores, atitudes e motivações destes jovens. Estas mudanças de comportamento são provocadas tanto internamente, à medida que as crianças desenvolvem um novo entendimento sobre o que é o conflito e se este é justificável ou não, quanto externamente, devido à pressão violenta exercida pelos comandantes, que torna as crianças completamente suscetíveis. No entanto é fundamental destacar que a identidade “soldado” ou “guerreiro” assumida pelas crianças durante a guerra não deve ser essencializada nem considerada imutável.

¹⁶ Novamente, os termos doutrinação e treinamento militar se referem ao processo de transição ao

As identidades das crianças, ainda mais do que a dos adultos, são múltiplas, fluidas e contextuais (Wessells, 2006, p.84).

Com isso, seguimos para o próximo e último tópico acerca do fenômeno da criança soldado, que aborda as consequências decorrentes da guerra à vida dos jovens desmobilizados no pós-conflito armado. Diante da brutalidade do processo de conversão de uma criança em um participante efetivo da guerra, não restam dúvidas de que muitas feridas, visíveis ou não, são provocadas. A análise destas consequências é um dos passos fundamentais para viabilização do desenvolvimento de programas de DDR de ex-crianças soldado adequados.

2.2.2.3.

As Feridas da Guerra

Uma vez analisado o processo de transformação de uma criança civil em uma criança soldado, fica claro que a participação destes jovens em conflitos armados provoca feridas, visíveis ou não, difíceis de serem tratadas, mesmo depois de passado muito tempo após o cessar-fogo. Nas narrativas das ex-crianças soldado¹⁷, identificamos problemas comuns com os quais elas convivem ao retornar à vida civil: desde pesadelos e perda de controle sobre a própria raiva ao aumento do consumo de álcool e dificuldade de concentração. Alguns jovens ainda mencionam o desespero, a sensação de abandono e de exclusão. Na pesquisa realizada pela UNICEF (2003), por exemplo, em praticamente todas as entrevistas, meninos e meninas comentaram sobre o sentimento de tristeza e a solidão decorrente da perda da família e de amigos.

Além das debilidades psicológicas apresentadas acima, as ex-crianças soldado carregam fragilidades físicas, sendo as mais comuns a perda de audição, cegueira e falta de algum membro, como braço ou perna. Os índices de doenças também são bastante altos – inclusive maiores do que entre os soldados adultos – em função dos estresses experimentados enquanto soldados e da má nutrição. Um problema particular são as doenças sexualmente transmissíveis (DST), cuja presença é predominante entre crianças soldado – neste caso, a taxa de infecção

qual as crianças soldado são submetidas e não às práticas do militarismo do Estado moderno.

¹⁷ Tais depoimentos foram retirados de relatórios produzidos por ONGs e pelas Agências da ONU, que lidam especificamente com o tema da criança soldado, e produções acadêmicas acerca do fenômeno de crianças soldado.

também é mais alta do que entre os combatentes adultos (Singer, 2006, p.111). Nos campos de repatriação em Uganda, por exemplo, 70 a 80% das meninas soldado e 60% dos meninos soldados testaram positivo para, no mínimo, uma DST (HRW, 1997, p.46). Outra dificuldade rotineira, que prejudica o desenvolvimento e a saúde futura destes jovens, é o vício em drogas. Como vimos acima, muitos grupos armados oferecem drogas às crianças soldado com objetivo de suspender suas inibições normais, garantindo, assim, sua atuação eficaz no combate. Serra Leoa é um dos casos mais ilustrativos, onde as estimativas indicam que mais de 80% dos combatentes da RUF usaram heroína ou cocaína (UNICEF, 2000, *apud*, Singer, 2006, p.82).

Minhas mãos tinham recomeçado a tremer, descontroladamente, e a enxaqueca tinha voltado com força total (...) Eu me curvava e rolava pelo chão ao lado da minha cama ou às vezes na varanda. Ninguém dava atenção, já que cada um estava ocupado lidando com seus próprios estágios de abstinência de maneiras diferentes (Beah, 2007, p.135)

Além deste apanhado geral acerca das implicações comuns da guerra na vida dos jovens desmobilizados, é importante atentar para as variações destes efeitos, que são muitas. Esta diversidade advém do contexto e das experiências que cada criança soldado vivenciou durante o conflito armado. Nesse sentido, a natureza, a duração e a severidade da rotina durante a guerra, que são singulares, influenciam fortemente os impactos na vida de cada ex-criança soldado no pós-conflito armado. Portanto, aceitar a visão dominante e reunir todos estes jovens em uma única categoria de “crianças traumatizadas, violentas e excluídas”, assumindo que todos foram afetados de maneira semelhante e requerem o mesmo tipo de apoio é questionável:

Recent research has challenged predominantly Western understandings of how child soldiers have been affected. Although children do experience war trauma, trauma is only one element of a much larger and more complex mosaic of psychosocial impacts (Wessells, 2006, p.128).

O trauma – vivenciado por várias das crianças desmobilizadas – causa, geralmente, pesadelos e flashbacks de experiências violentas relativas ao período em que estiveram vinculados aos grupos armados, gerando medo intenso e ansiedade. Como descreve um ex-menino soldado de Papua-Nova Guiné, que se alistou aos 7 anos: “I’m uneasy about being a soldier. Recalling all the experiences, it gives me fear. It is haunting me. After the ceasefire, I had more trouble settling. Now I’m sleeping okay” (UNICEF, 2003, p.64). Os pesadelos

revelam, em muitos casos, o trauma em relação aos assassinatos cometidos, ao fato de ter testemunhado violência e ao medo de ser estigmatizado. Outro tema comum dos pesadelos é a perda ou separação de suas famílias, especialmente, dos pais. Devido à dificuldade para dormir, as ex-crianças soldado apresentam também problemas de concentração, logo dificuldades para estudar e trabalhar. Além disso, em muitas crianças, as reações traumáticas são expressas por meio de dores de cabeça e de estômago.

O grande desafio em lidar com o traumatismo causado pela guerra é seu efeito prolongado. Em Moçambique, por exemplo, aproximadamente um terço das ex-crianças soldado tem pesadelos e apresenta sinais do trauma depois de quase 15 anos que o conflito armado terminou (Boothby, Crawford e Halperin, 2006).

Para as meninas soldado, os efeitos psicológicos provocados pelas experiências vivenciadas na guerra são somados à discriminação associada ao gênero, que dificulta a aceitação delas pela comunidade no pós-conflito armado. No caso das meninas acompanhadas de filhos, os quais, muitas vezes, são resultado de relações sexuais forçadas, a estigmatização sofrida é ainda mais acentuada. Como ressaltam McKay e Mazurana (2004, p.35):

When they returned, often with the stigma of having been a “wife” of a rebel captor – “husband” or the mother of a baby fathered by a rebel, they face specific reintegration challenges (...).

Vale ressaltar que a incidência do trauma entre as ex-crianças soldado, assim como outros possíveis efeitos da guerra, depende da natureza das experiências vivenciadas durante o conflito armado. A pesquisa conduzida, em Angola, pela ONG Christian Children's Fund durante o período entre 1996 e 1998 (*apud*, Wessells, p.131), indica a prevalência de experiências violentas entre meninos soldados, cuja idade média do recrutamento foi 13 anos e o período de estadia com o grupo armado foi 3.8 anos. Dentre estes jovens, 77.5% declararam já ter atirado em alguém; 67% perderam membros da família durante a guerra; 76% testemunharam algum assassinato; 61% já estiveram em situação de vida ou morte; e 29% afirmaram já terem sido feridos. Em seguida, o relatório apresenta as reações psicológicas associadas ao trauma: 50% afirmaram que ao pensar no passado, tentam bloquear o que aconteceu; 41% declararam ter dificuldade para dormir; 20% receiam que algo de terrível irá acontecer; 35.6% comentaram que a

capacidade de concentração é baixa; e 39% disseram se sentir mais nervosos do que no período anterior à guerra.

Os efeitos do traumatismo psicológico também variam de acordo com as motivações das crianças soldado para o alistamento. Em situações, nas quais os fatores ideológicos foram predominantes – por exemplo, em conflitos étnicos – os jovens, provavelmente, não apresentarão os impactos do trauma com a mesma intensidade que as crianças soldado que foram seqüestradas ou se alistaram por uma questão econômica. No caso da Intifada, dentre os jovens palestinos que cometeram atos violentos contra as forças israelenses, aqueles que acreditaram estar engajados em uma luta pela libertação se readaptaram mais facilmente à vida civil do que os meninos que participaram do conflito sem conferir um significado específico nas próprias ações (Barber, 2001).

Embora o trauma pós-guerra seja um fator, muitas vezes, prevalecente nas áreas destruídas pelos conflitos armados, este não é o único problema enfrentado pelas ex-crianças soldado. Para muitos destes jovens, as principais preocupações, ao voltar à vida civil, são a interrupção dos estudos, a falta de treinamento e de habilidades profissionais, o estigma e a exclusão social (Annan e Blattman, 2007).

Segundo pesquisa realizada com ex-meninos soldado de Uganda (Idem), as principais preocupações no pós-conflito armado, relatada nas entrevistas, são a interrupção dos estudos e como assegurar o próprio sustento diante da falta de experiência profissional. Neste mesmo estudo, os dados corroboram a crescente evidência de que crianças soldado e suas comunidades tendem a apresentar um grande poder de recuperação, logo se distanciam da imagem de pessoas traumatizadas descrita acima. No caso de Uganda, o nível de aceitação das ex-crianças soldado pela comunidade é alto e somente 5% dos 1219 jovens entrevistados mencionaram mais de oito dos 19 possíveis sintomas de estresse (p.4).

Mais uma vez, diante deste cenário diversificado em relação tanto à natureza dos conflitos armados, às experiências vividas enquanto crianças soldado quanto às feridas provocadas pela guerra, Wessells (2006) nos chama atenção para o risco de rotular um grupo tão diverso como simplesmente “crianças traumatizadas e violentas”:

(...) by implying that children are damaged, the trauma label encourages children to step into the role of victim. When children see themselves as victims, they tend to act in a passive, hopeless manner that impedes their recovery (p.134).

Da mesma forma que as crianças, ao se depararem com situações complexas, como o recrutamento militar e o combate, reagem e identificam meios para se adaptar e sobreviver, no pós-conflito armado, estes jovens desmobilizados desenvolvem estratégias para lidar com os desafios da readaptação à vida civil. Ou seja, em detrimento de aceitarem o papel de vítima, estas crianças são agentes na reconstrução das próprias identidades e rotinas. Dentro desta idéia, Boothby et al (2006) expõem o caso dos ex-meninos soldados de Moçambique, que propositalmente evitaram pensar sobre as experiências ruins vivenciadas durante a guerra; um deles, por exemplo, comentou que deixou de passar por perto de determinada árvore, onde o pai havia sido enforcado, pois aquele local trazia a tona memórias tristes.

Em resumo, é certo que a maioria dos estereótipos apresenta elementos verdadeiros. Dessa forma, a imagem da ex-criança soldado traumatizada pela guerra e indiferente ao valor da vida humana coincide com algumas realidades e não faltam exemplos de jovens desmobilizados com comportamentos violentos ou mesmo deprimidos¹⁸. No entanto, estas narrativas não constituem a regra nem são predominantes. Além disso, ao se basear neste estereótipo, a diversidade de perfis de ex-crianças soldado advinda, entre outros fatores, das distinções culturais, das diferentes experiências militares e das situações socioeconômicas particulares é ignorada.

Especificamente sobre o processo de reintegração das crianças desmobilizadas à vida civil, a adoção de um “padrão” de criança soldado é um fator influente. Como será discutido nos capítulos seguintes, à medida que as Nações Unidas baseiam-se em certa representação de criança soldado, heterogeneidades inerentes a este grupo são silenciadas. Conseqüentemente, as chances de sucesso dos programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração são minimizadas. Nesse sentido, nos valem do conselho sugerido por Wessels (2006):

¹⁸ Ishmael Beah (2007), um ex-menino soldado de Serra Leoa, conta, por exemplo, em seu livro autobiográfico as dificuldades dos profissionais, nos centros de reabilitação de ex-combatentes, para lidar com as crianças recém separadas das organizações militares em função de seu comportamento muito violento.

An enduring lesson for both research and practice is the value of asking children themselves how they understand their situation and what they regard as being in their best interest (p.153).

Enfim, uma vez analisados alguns dos impactos mais comuns da guerra na vida civil de ex-crianças soldado – sem ignorar as especificidades de cada caso – finalizamos o subcapítulo sobre os desafios contemporâneos. Por um lado, abordamos as chamadas novas guerras, que trazem ao cenário político internacional conflitos armados de características distintas daqueles anteriormente encontrados pela comunidade internacional; por outro lado, focamos em uma das práticas disseminadas neste novo contexto, isto é, o uso sistemático de crianças soldado por organizações militares, oficiais ou não. Dessa forma, a partir da análise do problema, seguimos então, à resposta sugerida pela academia, especificamente, pela literatura de Resolução de Conflito aliada aos Estudos da Paz.

2.3.

A Resposta Acadêmica: a Evolução do Campo Teórico da Resolução de Conflitos

A fim de identificar a resposta acadêmica aos desafios contemporâneos na área da Segurança Internacional discutidos acima, exploramos, nesta seção, a evolução do campo teórico da Resolução de Conflito (RC) e a contribuição dos Estudos da Paz, especificamente o trabalho desenvolvido por Johan Galtung (1996). A partir desta análise, é possível entender as alterações sofridas nas ações promovidas pelas Nações Unidas – especialmente, as operações de paz - na busca pela manutenção da paz e da estabilidade internacionais no período posterior à Guerra Fria¹⁹. Afinal, os avanços da RC são, em grande parte, respostas às mudanças ocorridas no cenário político internacional. Além disso, à medida que as técnicas de Resolução de Conflito se desenvolvem, a forma como o mundo se transforma também é impactada (Kriesberg, 2007, p.25). Destarte, esta interação – entre a prática e a teoria – é o fio condutor na análise desta resposta acadêmica.

O campo da “Resolução de Conflito” se estabeleceu como uma disciplina em meados da década de 50, i.e., no auge da Guerra Fria, quando o

desenvolvimento das armas nucleares e o conflito entre as superpotências eram considerados uma ameaça à sobrevivência da humanidade (Kriesberg, 2007; Miall et al, 2006). Desde então, o campo passou por profundas mudanças que alteraram a forma como os desafios são abordados. As diferentes fases da evolução da disciplina são relativas a períodos específicos, cada qual definido por características próprias decorrentes tanto dos debates teóricos no campo de estudos, quanto dos reflexos dos processos políticos. Deste modo, o instrumental disponível e desenvolvido pelos estudiosos do campo teórico da Resolução de Conflitos tem sofrido transformações importantes ao longo das décadas, influenciando a sua relação teórica com a sua aplicação prática:

Conflict Resolution is oriented toward changing conflicts so that they can be conducted constructively, even creatively, in the sense that violence is minimized, antagonism between adversaries is overcome, outcomes are mutually acceptable to the opponents, and settlements are enduring (Kriesberg, 2007, p.25).

A evolução do campo de estudos de RC pode ser dividida em quatro fases principais (Kriesberg, 2007). Entre 1914 e 1945 é o período dos “precursores”, quando os horrores das duas grandes guerras mundiais levam acadêmicos e *policy makers* a se dedicarem à análise das causas destes conflitos armados e dos possíveis meios para gerenciá-los, evitando tal devastação. Daí emergem as idéias e práticas que preparariam a base para o surgimento do RC. A segunda fase se concentra nas décadas de 50 e 60, quando o rápido aumento das atividades dos profissionais da área de RC garantiu material e fundamento para mais pesquisas na área. O terceiro momento, entre 1970 e 1985, foi caracterizado pela cristalização das idéias centrais sobre “resolução de conflito”, expansão de novas atividades na área e disseminação de publicações acerca do tema. E, por fim, a última fase, iniciada em 1986, é fortemente influenciada pela mudança na natureza dos conflitos armados (ver seção sobre Novas Guerras), que traz a baila uma série de desafios à disciplina de RC e de Segurança Internacional até então ignorados.

As práticas recentes da resolução de conflito foram fortemente impactadas pela predominância das chamadas novas guerras no período posterior à Guerra Fria. Isto se dá, especialmente, porque passamos a lidar com conflitos armados

¹⁹ A evolução das operações de paz, desde 1948 até hoje, e as atividades a elas incorporadas são melhor trabalhadas no capítulo seguinte, quando abordamos o programa de DDR como

assimétricos e internos aos Estados, cuja lógica é distinta daquela presente nos confrontos tradicionais entre partes relativamente similares, isto é, Estados soberanos (Miall et al, 2006). Diante deste novo cenário, os processos de resolução de conflito passam a contar mais frequentemente com a participação de terceiros e seu escopo é ampliado. Diferente da resolução de conflito clássica, cujo objetivo era somente intervir no conflito armado e capacitar as partes envolvidas a estabelecer o cessar-fogo, a abordagem contemporânea apresenta uma visão mais ampla acerca do timing e da natureza da intervenção. Isto significa que é necessário ir além da supressão da violência direta e buscar a transformação das causas subjacentes ao conflito armado a fim de que: “behavior is no longer violent, attitudes are no longer hostile, and the structure of the conflict has been changed” (Miall et al, 2006, p.29).

Vale ressaltar que tais mudanças nas atividades da Resolução de Conflito, impulsionadas pela predominância das novas guerras, foram viabilizadas na prática com o encerramento da Guerra Fria no final da década de 1980. Com o fim da rivalidade EUA-URSS, a ONU estava livre das amarras políticas que a impediam de agir até então. Dessa forma, a organização foi capaz de atuar de maneira mais complexa, incitando seu papel na ordem internacional. Se antes era vista apenas como arena de uma disputa política e ideológica, o final da Guerra Fria reanimou a ONU e possibilitou que esta colocasse em prática o sistema de segurança coletiva previsto na Carta: a busca da manutenção da paz e da segurança internacionais com base na colaboração entre os Estados (Fetherston, 1994).

Assim, diante dos desafios contemporâneos trazidos a tona pelas novas guerras, acadêmicos e *policy makers* da área de RC tendem cada vez mais a incluir, em suas pesquisas, o desenvolvimento de respostas a partir de uma perspectiva de longo prazo, em detrimento do estabelecimento do cessar-fogo seguido do congelamento da situação imediatamente posterior.

Nesse sentido, é conveniente analisar esta nova forma de pensar dentro do contexto das idéias propostas por Galtung (1996), um dos expoentes do campo de Estudos da Paz. Galtung (1996) argumenta em prol de uma visão holística do problema, neste caso, do conflito armado:

possível resposta ao problema da criança soldado.

(...)There is no point in studying countries (...) as if these were unrelated by ties of conflict and cooperation to other countries (...). Peace studies is not inter-state and inter-nation: it is an approach to world studies in the sense of trying to take in the total world system. And there is no point in studying that system only in terms of military, or political, or economic, or cultural variables: everything must be taken into consideration (Galtung, 1996, p.22).

A partir da distinção entre violência direta, provocada intencionalmente por um ator, violência estrutural, que equivale a uma situação de violência – isto é, que causa sofrimento -, e a violência cultural, que legitima, através do uso de símbolos – sejam estes a linguagem, a religião, ideologia, entre outros – os dois tipos de violência anteriores, Galtung (1996) defende a construção de uma paz duradoura ou positiva - isto é, ausência ou redução dos três tipos de violência. Assim, a supressão da violência direta, objetivo característico da RC tradicional, não é suficiente para garantir a paz dita positiva. Para isso, é preciso ir além da resolução dos problemas imediatos e da conseqüente volta ao estágio anterior à eclosão do conflito. Nesse sentido, o conflito armado é tido como uma oportunidade de mudança construtiva a partir da transformação das contradições ali existentes.

Evidently something basic was wrong with the past, so the past can never be a sufficient basis for designing a better future (if it were sufficient, and since we have been in the past for a long time, we would probably have entered that better future already) (Ibid., p.109).

Esta idéia de transformação está fundamentada no modelo de conflito proposto por Galtung no fim dos anos 60. O conflito, segundo o autor, poderia ser analisado como um triângulo, cujos vértices seriam representados por: (i) contradição, que equivale à situação subjacente ao conflito – ou seja, incompatibilidade de interesses entre as partes envolvidas -, (ii) atitude, que é a percepção das partes sobre elas próprias e sobre os outros, e, por fim, (iii) comportamento, no qual se encontram os gestos que podem indicar conciliação ou hostilidade. Dentro desta idéia, a resolução do conflito depende, fundamentalmente, de uma série de mudanças capazes de gerar transformações em todos os três pontos formadores do conflito e não apenas da solução do problema aparente ou imediato.

Inspirado pelas idéias de Galtung, Lederach (2003)²⁰ define o processo de transformação do conflito:

Conflict transformation is to envision and respond to the ebb and flow of social conflict as life-giving opportunities for creating constructive change processes that reduce violence, increase justice in direct interaction and social structures, and respond to real-life problems in human relationships (p.22).

Assim, diante da ampliação do objetivo da Resolução de Conflito, se comparado às práticas tradicionais propostas por este campo de estudos, é difícil evitar a ambigüidade da expressão “resolução de conflitos”, que é utilizada para se referir tanto ao processo (ou intenção) de lidar com as causas primárias do conflito armado quanto à conclusão deste processo, i.e., a construção da paz duradoura. Tal imprecisão indicaria que o comportamento das partes não é mais violento e tanto a estrutura do conflito quanto a percepção de uma parte em relação à outra foram alteradas (Miall et al, 2006, p.29), transpassando uma idéia de continuidade e dinamicidade ao processo de resolução de conflitos. Se há algo de novo na era pós-Guerra Fria, é o fato de o processo de paz não se esgotar quando a violência direta termina, mas quando se lida com as causas que levaram as partes a optarem pela guerra (Zartman, 2007).

Por fim, é dentro deste entendimento de resolução conflito, cujo objetivo é a transformação de conflitos violentos – reais ou em potencial – em processos pacíficos de mudança social e política, que analisamos, no capítulo seguinte, os fundamentos da evolução das operações de paz e, especificamente, do programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) de ex-crianças soldado. Dessa forma, passamos à seção seguinte, na qual trabalhamos o argumento de Michel Foucault sobre a constituição da sociedade disciplinar. Esta discussão nos é útil para questionar, no capítulo 4, a idéia de infância “normal” e os fatores considerados essenciais pela ONU ao retorno de ex-crianças soldado à vida civil no pós-conflito armado.

²⁰ Embora Lederach (2003) considere o processo de transformação de conflito independente do instrumental de resolução de conflito, neste trabalho, argumentamos que a transformação do conflito *integra* o processo de resolução de conflito, que visa lidar com as causas primárias do conflito armado (Miall et al, 2006).

2.4.

Foucault e a Normalização da Infância

Nesta seção, discutimos o conceito de infância, que embora tenha sido padronizado internacionalmente a partir da Convenção dos Direitos da Criança, não é, certamente, compartilhado em todo o mundo. Esta análise é fundamental para avaliar a atuação da comunidade internacional diante do problema da criança soldado. Dependendo da representação de infância adotada para o desenvolvimento de respostas internacionais – neste trabalho, o programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de ex-crianças soldado (DDR) –, certas heterogeneidades advindas das diferentes condições sociais podem ser silenciadas, desencadeando em resultados aquém do esperado. Para esta discussão, exploramos, primeiro, o fato de a infância ser uma construção social em detrimento de uma condição biológica natural. Em seguida, com base no argumento de Michel Foucault sobre a constituição da sociedade disciplinar, analisamos como a noção de infância fundamentada na visão ocidental tornou-se o padrão de normalidade para esta etapa da vida. Por fim, introduzimos algumas das questões acerca dos efeitos da adoção de determinado conceito de infância pela ONU na elaboração do programa de DDR, que são mais bem trabalhadas no capítulo 4 desta dissertação.

Estudos contemporâneos acerca da infância estão cada vez mais comprometidos com a idéia de que este período da vida, assim como os outros – por exemplo, a adolescência ou a adultez – constitui uma construção social e não mais uma condição biológica, como durante muitos anos foi argumentado (Honwana, 2006). A infância como uma categoria social é um conceito relativamente recente. Philippe Ariès (1981) identifica a gênese da concepção moderna de infância no século XVIII, aliada às noções burguesas de família, casa, privacidade e individualidade. Até este momento, não havia, como concebemos hoje, dois mundos simbólicos distintos: por exemplo, as crianças e os adultos usavam o mesmo tipo de vestimenta e, quanto às brincadeiras, não havia a preocupação em preservar a moralidade da infância. Logo jogos hoje considerados inapropriados (como os de azar) faziam parte do dia-a-dia das crianças. Sendo assim, a única diferença entre estes dois períodos da vida era o tamanho físico – a criança era, simplesmente, o mini adulto.

Na sociedade medieval (...), o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento de infância (...) corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia (Ariès, 1981, p.156).

Como uma construção social, a infância não é uma experiência universal com duração fixa, mas é diferentemente constituída, exprimindo as diversidades entre sociedades, culturas e comunidades, além das distinções individuais relativas ao gênero, classe social, etnia e história. Logo, noções de infância não podem ser entendidas em termos universais. Assim, quando a Convenção dos Direitos da Criança estabelece que a criança é todo ser humano até os 18 anos de vida, esta consideração não é uma questão de mera contabilidade jurídica nem é socialmente indiferente. Pelo contrário, é uma questão de disputa política com fortes conseqüências na vida de muitas crianças em todo o mundo (Pinto e Sarmento, 1997).

Em muitos contextos sociais, a noção de infância diverge da visão ocidental. Por exemplo, diferente de crianças de classe média, cujos pais podem apoiá-los até estes serem capazes de se auto-sustentar, muitas crianças em todo o mundo assumem responsabilidades profissionais antes de completar os 18 anos. Em Angola e Moçambique, conta Honwana (2006), as crianças são apresentadas como fortes e resilientes por terem sobrevivido condições difíceis derivadas da guerra: “(...) being a child in this particular setting may have little to do with age (...) and is centrally linked to social roles, expectations, and responsibilities” (p.41)²¹.

Diante destes casos, é clara a distância entre a concepção da infância em algumas localidades daquela estabelecida pelo Direito Internacional Humanitário. Neste último, a criança é associada à imagem de seres pré-sociais, incapazes de assumirem responsabilidades e receptores passivos de experiências. Além disso, demandam serem separados das cruéis realidades do mundo adulto e protegidos do perigo social até completar os 18 anos de vida (Honwana, 2001). Ou seja, a infância – considerada *normal* - deve equivaler a uma fase despreocupada, segura e feliz da existência humana.

²¹ Para mais detalhes sobre a questão da infância em Moçambique e em Angola, ver Honwana (2001; 2006)

Nesse sentido, vale questionar, primeiramente, como um padrão de infância é estabelecido e mantido independentemente dos diferentes tipos de infância encontrados nos diversos espaços em todo o mundo. Num segundo momento, a pergunta deve ser direcionada às consequências da normalização da infância. Para analisar estas questões, optamos, neste trabalho, pela abordagem teórica de Michel Foucault (2008) em *Vigiar e Punir*, que é um relato das formas que constituem o indivíduo moderno, tornado normalizado por um poder maior que ele. O foco do autor é a sociedade moderna, que inaugurou novos métodos de controle minucioso do corpo – ou disciplinas –, por meio de uma coerção ininterrupta, velando mais sobre os processos de atividades que sobre seus resultados, esquadrinhando ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. As disciplinas foram, então, introduzidas no exército, nas escolas e nas fábricas da Revolução Industrial, se consagrando como fórmulas gerais de dominação.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2008) define as disciplinas como “poder da norma”, desempenhando uma das principais tecnologias de poder das sociedades modernas. Ao falar de norma, é importante sublinhar que, no início do século XIX, ocorre uma transformação nas relações entre regra e norma. A norma não é mais outro nome para regra, mas passa a designar sempre uma medida que serve para avaliar o que está conforme a regra e o que a distingue. Assim, a norma não está mais ligada à idéia de retidão, mas de “mediana”, isto é, a norma torna-se o parâmetro para opor o normal do patológico.

Nesse sentido, a penalidade, ou o poder de punir, contra aqueles classificados como anormais não visa nem a expiação, nem exatamente a repressão. A chamada sanção normalizadora coloca em prática cinco operações bem distintas: (i) Relaciona os comportamentos singulares a um conjunto, que é o princípio de uma regra a seguir; (ii) Diferencia os indivíduos entre eles próprios e em função da regra; (iii) Com base na noção de tempo evolutivo, hierarquiza as capacidades e a natureza dos indivíduos; (iv) Coage à realização de uma conformidade; (v) Traça o limite que definirá a fronteira externa do anormal. Em resumo, “a penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza*” (Foucault, 2008, p.153).

Além da sanção normalizadora, Foucault chama atenção para indispensabilidade da vigilância hierárquica ao sucesso da prática disciplinar. A

tática disciplinar age sobre o corpo através de um olhar permanente para estabelecer com ele uma ligação de coação entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada, provocando uma imediata contrapartida: a servidão (Ibid., p.119). Ou seja, o poder torna-se incorporal, porque suas figuras orientam sem tocar e sem entrar em contato direto com o corpo. Assim, os procedimentos das práticas disciplinares colocam em prática a interiorização de suas normas e regras. O resultado final, portanto, é uma sujeição real, que nasce de uma relação fictícia.

A partir desta breve análise do argumento de Foucault em *Vigiar e Punir*, é possível entendermos como se deu o processo de produção de uma noção de infância normal, que é o foco desta seção. Ou seja, por meio de práticas disciplinares, são estabelecidas, ao mesmo tempo, a norma de infância à qual a sociedade deve se submeter e as noções de infância que devem ser corrigidas. Com isso, por meio da vigilância permanente e do medo da punição, as próprias sociedades, que possuem noções de infância distintas daquela estabelecida pelo Direito Humanitário Internacional, tendem a modificar seus gestos e se submetem à norma. Um exemplo prático é o fato da Convenção dos Direitos da Criança, que estabelece o “ser criança” até os 18 anos, ser o documento internacional com maior número de assinaturas de Estados – somente os Estados Unidos e a Somália não são signatários.

Neste trabalho, cujo foco é a reintegração das ex-crianças soldado à vida civil depois de terminada a guerra, esta análise/questionamento do parâmetro de infância normal é muito relevante. Claramente a imagem das crianças soldado foge à noção de infância de diferentes sociedades, inclusive daquela considerada normal pela comunidade internacional. Nesse sentido, a volta destes jovens à vida civil implica em atividades que visam à recuperação de certa infância interrompida durante os anos em que eles estiveram envolvidos com os grupos armados. No entanto os fatores considerados fundamentais ao retorno à vida civil variam de acordo com as condições sociais, às quais as ex-crianças soldado serão reintegradas. A criança em Moçambique não desempenha o mesmo papel nem tem as mesmas necessidades do que uma criança no Afeganistão ou na Colômbia. Logo, quando um programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de ex-combatentes, desenvolvido pelas Nações Unidas, parte de uma noção de infância, que embora considerada normal internacionalmente, é específica e localizada, é grande a chance de crianças soldado serem submetidas a um

processo de transformação²² que talvez não seja o mais adequado à reintegração à determinada sociedade. As consequências, neste caso, podem ser graves, pois as ex-crianças soldado, apesar de classificadas como *normais* após terem participado do programa de DDR, permanecem *excluídas* na comunidade da qual deveriam fazer parte.

Com base nestas questões acerca da infância e de suas demandas, suscitadas pela obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, analisamos, no capítulo 4, os depoimentos de ex-crianças soldado, que participaram ou não do programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de ex-combatentes, acerca do retorno à vida civil. Nosso objetivo é analisar o quão distante ou próximo está o discurso da ONU em relação ao destes jovens sobre o que é fundamental para recuperação da própria infância.

Assim, uma vez analisada a discussão de Foucault (2008) sobre a fabricação do indivíduo moderno e traçado o paralelo com a normalização da infância, finalizamos o capítulo 2. Além da discussão proposta na seção 2.4, trabalhamos, neste capítulo, o fenômeno da criança soldado, caracterizado como um dos desafios contemporâneos no contexto das novas guerras, e a evolução da abordagem teórica da Resolução de Conflitos diante das mudanças no cenário político internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial. No próximo capítulo, deixamos, então, o campo teórico para analisar as repostas práticas desenvolvidas pela comunidade internacional, representada pelas Nações Unidas, aos desafios na área da Segurança Internacional apresentados na seção 2.2.

²² O termo transformação é utilizado em referência ao texto de Foucault (2008), no qual é argumentado que as práticas disciplinares modificam o comportamento daqueles classificados fora do padrão de normalidade.